damentada na legislação. 2. A redução da base de cálculo prevista no Convênio ICMS n. 52/1991 não se aplica às operações de importação de mercadorias. 3. Deixar de recolher ICMS relativo a operação de importação constitui infração fiscal, sujeitando-se o contribuinte às penalidades legais independentemente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 18/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 18/05/2020.

ACÓRDÃO N. 7356 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17925 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 252019730000770-3). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. 1. Deve ser mantido o Ato de Exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, quando restar comprovado nos autos que a empresa incorreu em hipótese de exclusão constante do art. 29, inciso I, da Lei Complementar n. 123/2006. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 18/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 18/05/2020.

ACÓRDÃO N. 7355 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17285 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 032016510003660-1). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. 1. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso/consumo ou à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 18/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 18/05/2020.

ACÓRDÃO N. 7354 – 1ª CPJ. RECURSO N. 16481 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 052016510001155-0). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. FALTA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL. RETROATIVIDADE BENÉFICA. 1. Deve ser aplicada a retroatividade benéfica, na forma do art. 106, inciso II, alínea "c", quando verificado que lei posterior reduziu o valor da multa imputada. 2. Deixar de escriturar na escrituração fiscal digital – EFD, notas fiscais eletrônicas – NF-e de entrada, configura ilícito tributário sujeito à penalidade administrativa prevista na lei. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 18/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 18/05/2020.

ACÓRDÃO N. 7353 – 1ª CPJ. RECURSO N. 16915 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 042018510000173-3). CONSELHEIRO RELATOR: HÉLDER BOTELHO FRANCÊS. CONSELHEIRO DESIGNADO: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS – NÃO OCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO. 1. Escorreita a decisão singular que julgou pela improcedência da autuação, haja vista a sua não ocorrência. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 18/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 18/05/2020. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Hélder Francês, pelo conhecimento e provimento do recurso.

ACÓRDÃO N. 7352 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17845 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 032015510010018-3). CONSELHEIRO RELATOR: ALBERTO AUGUSTO VELHO VILHENA JUNIOR. EMENTA: ICMS – NÃO OCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO FISCAL. 1. Escorreita a decisão singular que julgou pela improcedência da autuação, quando constatada a não ocorrência da infração tributária em exame. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 13/05/2020.

ACÓRDÃO N. 7351 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17567 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 032015510010018-3). CONSELHEIRO RELATOR: ALBERTO AUGUSTO VELHO VILHENA JUNIOR. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. A ausência de provas no AINF impede o convencimento do julgador quanto ao fato imputado, seja para atestar e até para negar sua ocorrência, além de cercear o direito de defesa do sujeito passivo. 2. É nulo o AINF que não indica os documentos que poderiam fundamentar a acusação. 3. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do AINF. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 13/05/2020.

ACÓRDÃO N. 7350 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17669 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 082009510000013-9). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: RETROATIVIDADE BENÉFICA - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE CONTRARIEDADE À FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. DEFINITIVIDADE DO JULGAMENTO SINGULAR. 1. A decisão singular que aplica o instituto da retroatividade benéfica, em razão da alteração legal que prevê penalidade menos severa para a conduta infracional anteriormente praticada pelo sujeito passivo, não preenche o requisito de contrariedade à Fazenda Pública Estadual necessário para a interposição de recurso de ofício. 2. É definitiva a decisão singular que não estiver sujeita a recurso de ofício. 3. Não deve ser conhecido recurso contra decisão definitiva prolatada pela Julgadoria de Primeira Instância. 4. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 13/05/2020.

ACÓRDÃO N. 7349 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17667 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 082009510000012-0). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOAO SCHUBER. EMENTA: RETROATIVIDADE BENÉFICA - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE CONTRARIEDADE À FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. DEFINITIVIDADE DO JULGAMENTO SINGULAR. 1. A decisão singular que aplica o instituto da retroatividade benéfica, em razão da alteração legal que prevê penalidade menos severa para a conduta infracional anteriormente praticada pelo sujeito passivo, não preenche o requisito de contrariedade à Fazenda Pública Estadual necessário para a interposição de recurso de ofício. 2. É definitiva a decisão

singular que não estiver sujeita a recurso de ofício. 3. Não deve ser conhecido recurso contra decisão definitiva prolatada pela Julgadoria de Primeira Instância. 4. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 13/05/2020. ACÓRDÃO N. 7348 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17071 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 182015510000126-7). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Devem ser excluídos do crédito tributário valores efetivamente pagos e reconhecidos em diligência fiscal. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 13/05/2020. ACÓRDÃO N. 7347 – 1ª CPJ. RECURSO N. 15889 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 042015510000169-3). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS - RELATÓRIO EXPECTATIVA DE RECEITAS. NULIDADE DA AUTUAÇÃO. 1. É nulo o lançamento tributário que se funda exclusivamente no relatório "expectativa de receitas". 2. Recurso conhecido para, em preliminar, decretar a nulidade do lançamento fiscal. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 13/05/2020.

ACÓRDÃO N. 7346 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17311 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 182016510000615-0). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS - TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS. 1. Escorreita a decisão singular que julgou pela improcedência na cobrança fiscal, quando comprovado a inexistência da infração tributária. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 13/05/2020. Voto contrário: Conselheiro Hélder Francês, pelo conhecimento e provimento do recurso.

ACÓRDÃO N. 7345 – 1ª CPJ. RECURSO N. 16671 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372017510000753-9)

ACÓRDÃO N. 7344 – 1ª CPJ. RECURSO N. 16669 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372017510000805-5)

ACÓRDÃO N. 7343 – 1ª CPJ. RECURSO N. 16667 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372017510000800-4)

ACÓRDÃO N. 7342 – 1ª CPJ. RECURSO N. 16665 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372017510000801-2)

ACÓRDÃO N.7341- 1ª. CPJ. RECURSO N. 16641 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 372017510000803-9). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS - ANTECIPAÇÃO NA ENTRADA. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Improcede a autuação fiscal a qual não materializa a hipótese de incidência descrita no lançamento tributário. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 13/05/2020.

ACÓRDÃO N.7340- 1ª. CPJ. RECURSO N. 16601 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 042016510010603-4). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: ICMS - Auto de Infração. 1. A ausência de provas no AINF impede o convencimento do julgador quanto ao fato imputado, seja para atestar ou para negar sua ocorrência, além de cercear o direito de defesa do sujeito passivo. 2. É nulo o AINF que não indica os documentos que poderiam fundamentar a acusação. 3. Recurso conhecido e, em preliminar, declarada a nulidade do AINF. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/05/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 13/05/2020. Voto contrário: Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo conhecimento e provimento do recurso.

Protocolo: 559986

**PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT
PORTARIA N.º202004003694, DE 09/07/2020 – PROC N.º
2020730007884/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Joao Mauricio Goncalves do Nascimento – CPF: 092.121.672-68
Marca/Tipo/Chassi
VW/VIRTUS AF/Pas/Automovel/9BWDL5BZXP120973

**PORTARIA N.º202004003696, DE 09/07/2020 – PROC N.º
2020730007513/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Charles Gonçalves da Costa – CPF: 793.994.442-87
Marca/Tipo/Chassi
RENAULT/SANDERO EXPR 10/Pas/Automovel/93Y5SRD04GJ324764

**PORTARIA N.º202004003698, DE 09/07/2020 – PROC N.º
2020730008432/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Roberto Ribeiro da Silva – CPF: 062.064.412-53
Marca/Tipo/Chassi
VW/NOVO GOL TL MCV/Pas/Automovel/9BWAG45U2JP043238

**PORTARIA N.º202004003700, DE 09/07/2020 – PROC N.º
2020730008424/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Maria Teresinha Coelho Palha – CPF: 043.846.442-72
Marca/Tipo/Chassi
NISSAN/KICKS SV CVT/Pas/Automovel/94DFCAP15JB145020

**PORTARIA N.º202004003702, DE 09/07/2020 – PROC N.º
2020730008415/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Washington Gomes Ferraz – CPF: 696.243.992-04
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD19713HJ3356608